

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acrescidas das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e da declaração dos diretores, na forma da Legislação Societária.

Destaque do período

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Ativos totais	3.309	3.239	2%
Patrimônio líquido	3.309	3.087	7%
Resultados (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	Δ%
Lucro líquido	320	533	-40%

Os resultados da Companhia são oriundos, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de sua controlada e poderá ser visto com mais detalhes nas demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. **Remuneração dos acionistas e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

A DIRETORIA

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	14	Outras obrigações		3	152.100
Instrumentos financeiros		6.552	6.449	Dividendos a pagar	10.3	-	152.027
Aplicações financeiras	7	6.552	6.449	Impostos e contribuições		3	73
Outros créditos		157	103.500	Patrimônio líquido	10	3.308.959	3.087.096
Dividendos a receber	12	-	103.498	Capital		1.742.000	1.742.000
Impostos e contribuições a compensar	9	157	2	De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
				Reservas de capital		11.622	8.897
				Pagamento baseado em instrumentos de capital		11.622	8.897
				Reservas de lucros		1.554.997	1.336.382
				Reservas de lucros		1.554.997	1.336.382
				Outros resultados abrangentes		340	(183)
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(25)	(314)
				Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego		365	131
				Total do passivo e do patrimônio líquido		3.308.962	3.239.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais			
Receita com instrumentos financeiros	11.1	320.438	533.774
Resultado de participação em controlada	8	319.644	532.866
Outras receitas operacionais		-	2
Outras despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11.2	(52)	(49)
Outras despesas operacionais	11.3	(291)	(42)
Resultado operacional antes da tributação			
Provisão para imposto de renda corrente	13	(89)	(180)
Provisão para contribuição social corrente	13	(40)	(74)
Lucro líquido		319.966	533.429
Quantidade de ações (mil)		1.742.000	1.742.000
Lucro por ação (em R\$)		0,18	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	319.966	533.429
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas	289	1.188
Variação de valor justo - TVM	526	2.161
Impostos diferidos - TVM	(237)	(973)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	234	42
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	234	42
Total do resultado abrangente	320.489	534.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado			
Lucro líquido		319.966	533.429
Ajustes ao lucro líquido			
Resultado de participação em controlada	8	(319.644)	(532.866)
Receita de juros não recebidos de instrumentos financeiros		(793)	(906)
Atualização de IR a compensar	11.1	-	(2)
(Aumento) / Redução dos ativos e passivos		(224)	(29.639)
Outros créditos		(155)	252
Impostos e contribuições		57	(10.870)
Impostos pagos		(126)	(19.021)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(695)	(29.984)
Atividades de investimento			
Dividendos e JCP recebidos		253.378	131.874
Aplicações em instrumentos financeiros		690	29.991
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		254.068	161.865
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10.3	(253.378)	(131.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(253.378)	(131.874)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(5)	7
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	14	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	9	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	954.980	-	(1.502)	2.700.802
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	3.662	-	-	-	3.662
Participação no resultado abrangente de controlada - TVM	8	-	-	-	-	1.188	1.188
Atualização atuarial	8	-	-	-	-	42	42
Dividendos adicionais propostos	10.3	-	-	(131.874)	-	-	(131.874)
Reversão de dividendos propostos	10.3	-	-	131.874	-	-	131.874
Lucro líquido		-	-	-	533.429	-	533.429
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	26.671	(26.671)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	354.731	(354.731)	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	10	-	-	-	(152.027)	-	(152.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.336.382	-	(314)	3.087.096
Mutação do exercício		-	3.662	381.402	-	1.188	386.294
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	8.897	1.336.382	-	(314)	3.087.096
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	2.725	-	-	-	2.725
Participação no resultado abrangente de controlada - TVM	8	-	-	-	-	289	289
Atualização atuarial	8	-	-	-	-	234	234
Dividendos adicionais propostos	10.3	-	-	(101.351)	-	-	(101.351)
Lucro líquido		-	-	-	319.966	-	319.966
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	15.998	(15.998)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	303.968	(303.968)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	11.622	1.554.997	-	(25)	3.308.959
Mutação do exercício		-	2.725	218.615	-	289	221.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BSF Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e essas demonstrações financeiras devem ser lidas com esse contexto. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2024.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas CPC - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, conforme facultado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (i) a (iv). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, disponibilizadas ao público em seu *website* (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

3. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos de dívida são mensurados pelo custo amortizado.

5. Principais políticas contábeis: 5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **5.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **5.3. Instrumentos financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Conforme o CPC 48, o reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A Companhia não adota como estratégia de atuação a aquisição de instrumentos financeiros com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de instrumentos financeiros foi classificada na categoria VJORA. Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i. É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i. É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ii. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Modelo de negócio** - É determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos. **Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros** - Identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do SPPI Test (*Solely Payment Principal and Interest Test*). O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como ao VJR. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação do modelo de negócios da Companhia na gestão de seus

ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável** - A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito. Estágio 1: A Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou que tem um risco de crédito baixo na data do fechamento. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses; Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e de créditos renegociados; e Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro. **Contabilização de cobertura (hedge accounting)** - Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e, assim, não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **Inadimplência e problema de recuperação de crédito** - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável", quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: i. É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou ii. O ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **5.4. Receitas de contratos com clientes:** CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui o CPC 30 - Receita e o CPC 17 - Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (CPCs 02 e 11). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. **5.5. Ativos e passivos circulantes:** Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias. **5.6. Participação em empresa controlada:** O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. **5.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **5.8. Demandas judiciais:** A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais nas datas-bases de 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **5.9. Reservas de pagamentos baseadas em instrumentos de capital:** O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. **5.10. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos,

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **5.11. Novos pronunciamentos, alteração e interpretação de pronunciamentos existentes. 5.11.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes** - As alterações ao CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação refere-se à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve impactos previstos pela Companhia na data da demonstração financeira. **Alterações ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro** - A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". O comitê esclarece que mudanças na estimativa contábil resultadas de novas informações ou novos progressos não são consideradas retificações de erro. Adicionalmente, os efeitos de mudanças em um insumo ou em uma técnica de mensuração usadas para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças de estimativas contábeis se elas não resultarem de uma correção de erros de períodos anteriores. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve impactos previstos pela Companhia na data da demonstração financeira. **Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro** - As alterações introduzem uma exceção adicional para isenções de reconhecimento diferencial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando o CPC 06 na data de início do arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve impactos previstos pela Companhia na data da demonstração financeira. **CPC 50 – Contratos de Seguro** - A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Não houve impactos previstos pela Companhia na data da demonstração financeira. **5.11.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros:** Até 31 de dezembro de 2023, não foram divulgados pronunciamentos que afetaram as presentes demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades (em moeda nacional)	9	14
Total	9	14

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como segue:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Certificado de depósito bancário - Nível 2 ⁽ⁱ⁾	6.552	6.552	6.449	6.449
Títulos de dívidas	6.552	6.552	6.449	6.449

⁽ⁱ⁾ O certificado de depósito bancário classifica-se como nível 2, pois os preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e os valores contábeis se aproximam do valor justo, pois o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título). **7.1. Redução ao valor recuperável:** Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. **7.2. Exposição aos riscos de taxas de juros:** As taxas de juros nas aplicações financeiras são operações pós-fixadas vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade de 100% do DI. **7.3. Risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. Contas a receber refere-se a empréstimos para empresas ligadas, consequentemente com baixo risco de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito relativos a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil. **7.4. Derivativos:** A Companhia não apresentou contratos em aberto de derivativos nas datas-bases de 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

8. Investimento: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com a participação de 100%. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), que foi constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentados pelo BACEN. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações financeiras do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido no início do exercício	3.129.233	2.648.347
Lucro líquido do exercício	319.644	532.866
Dividendos sobre o lucro gerado no exercício corrente	-	(103.498)
Dividendos adicionais propostos	(149.880)	(131.875)
Reversão de dividendos propostos	-	178.501
Pagamento baseado em instrumentos de capital	2.724	3.662
Outros resultados abrangentes	523	1.230
Patrimônio líquido no final do exercício	3.302.244	3.129.233
Saldo total do investimento	3.302.244	3.129.233
Resultado de equivalência patrimonial	319.644	532.866

9. Impostos a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	143	2
CSLL a compensar	14	-
Total	157	2

10. Patrimônio líquido: O valor do capital social no exercício era de R\$ 1.742.000 e estava dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital** - Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	11.622	8.897

Descrição dos planos de opções de compra de ações - Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19") - O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **i. Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **ii. Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **iv. Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano; **v. Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e **vi. Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada: i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado); e ii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa. Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 2019
Data de aprovação do número de opções autorizadas em Assembleia Geral de acionistas	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70	21,98
Período de exercício das opções	21 de março de 2023 ⁽ⁱ⁾	a partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 ⁽ⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações: i. 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO; ii. 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e iii. 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO. Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema: i. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; ii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e iii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO. O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo, e 24 meses depois, o terceiro. ⁽ⁱⁱ⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Mensuração de valor justo** - O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo. Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto,

são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*). A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade opções de compras de ações:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

Volatilidade e rendimento de dividendos - Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos com a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%. **Plano Regular:** O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no *sítio* da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. **Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)** - Em 31 de dezembro de 2023, as opções de ações pendentes do Plano Regular 19 foram de 339.104 e o Plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes. Ambos os planos não tiveram movimentação nas opções de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **Descrição dos planos de remuneração em ações** - Planos de Performance *Shares Local* 2020 a 2023 ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 23") - O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, e o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **i. Elegibilidade:** Os administradores e empregados do Grupo; **ii. Beneficiários:** Os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **iii. Prazo para que as ações se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **iv. Prazo máximo para exercício das ações:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*; **v. Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e **vi. Diluição societária máxima:** Para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados. Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada: i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado); ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*); iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR; e iv. Item relacionado à transformação digital da empresa. Para o Plano Regular 23, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada: i. Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado); ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return*); e iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR. Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	5	16	10	16
Data do <i>vesting</i> ⁽ⁱ⁾	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	17,35	14,56	13,10	11,58

⁽ⁱ⁾ As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares) - Os planos de ações restritas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	119.238	243.064	130.240	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023	-	-	-	328.825
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023	(87.872)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023	(31.366)	(89.363)	(46.174)	(14.283)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	153.701	84.066	314.542

Plano de Performance *Shares* Grupo 2020 a 2023 ("Plano Grupo 20" a "Plano Grupo 23") - Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária (AGO) anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da AGO anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas. Em 14 de fevereiro de 2023, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas. O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: (i) Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente – ROC e Fluxo de Caixa Livre – FCF); (ii) Retorno total ao acionista (*Total Shareholder Return* – TSR); e (iii) Item relacionado à responsabilidade social corporativa (Índice de Responsabilidade Social – RSE). Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Data da outorga ⁽ⁱ⁾	26-fev-20	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23
Data da reunião do Conselho de Administração	14-jun-19	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21
Data do <i>vesting</i> ⁽ⁱⁱ⁾	27-fev-23	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26
Total de ações outorgadas na data de outorga	11.464	23.500	18.675	9.500
Número de ações outorgadas	15.018	23.500	18.675	9.500
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13,05	11,85	14,21	12,92

⁽ⁱ⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano). ⁽ⁱⁱ⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas. ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*. **Conciliação de ações em circulação (planos Grupos)** - Os planos de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	12.549	23.500	18.675	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2023	-	-	-	9.500
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2023	(10.995)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2023	(1.554)	(12.900)	(8.100)	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	-	10.600	10.575	9.500

Despesas reconhecidas no resultado - As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.733 (31/12/2022: R\$ 2.814).

10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal: Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal", em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 15.998 (31/12/2022: R\$ 26.671). **10.2.2. Reserva estatutária:** Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária", em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 303.968 (31/12/2022: R\$ 354.731).

10.3. Dividendos: Conforme Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. De acordo com a Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 14 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pelo não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 ⁽ⁱ⁾	152.027	0,0872
Dividendos adicionais propostos ⁽ⁱⁱ⁾	101.351	0,05818
Total de dividendos pagos	253.378	0,14545

⁽ⁱ⁾ Na AGO de 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023. ⁽ⁱⁱ⁾ Na AGE de 17 de junho de 2023, retificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores, liquidados em 20 de junho de 2023.

Descrição	31/12/2022	
	Total	Reais por ação
Dividendos adicionais propostos ⁽ⁱ⁾	131.874	0,07570
Total de dividendos pagos	131.874	0,07570
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 ⁽ⁱⁱ⁾	152.027	0,08727
Total de dividendos a pagar	152.027	0,08727

⁽ⁱ⁾ Na AGE de 29 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores. Em 11 de outubro de 2022, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$ 131.874.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou o registro de R\$ 152.027 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2022, registrados no passivo circulante. De acordo com a AGO de 28 de abril de 2022, os acionistas não aprovaram a proposta da Administração pela distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio da Companhia na conta de reserva de lucros.

11. Demonstração do resultado: 11.1. Receitas operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de participação em controlada (nota 8)	319.644	532.866
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	794	906
Atualização sobre IR a compensar	-	2
Total	320.438	533.774

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de publicações	(51)	(48)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Total	(52)	(49)

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Perdas operacionais	(246)	-
PIS e COFINS	(37)	(42)
Outras despesas operacionais	(8)	-
Total	(291)	(42)

12. Transações entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: i. Controladora direta - Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; ii. Acionista minoritária - Itaú-Unibanco S.A.; e iii. Controlada direta - Banco CSF S.A.. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) exercício	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) exercício
Banco CSF S.A.				
Dividendos a receber	-	-	103.498	-
Certificado de depósito bancário	6.552	793	6.449	906
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Dividendos a pagar	-	-	(77.534)	-
Itaú-Unibanco S.A.				
Dividendos a pagar	-	-	(74.493)	-

13. Imposto de renda e contribuição social: As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	320.095	533.683
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(108.832)	(181.452)
Ajustes:		
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	108.679	181.174
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	24
Total	(129)	(254)

13.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	320.095	533.683
Imposto de renda e contribuição social	129	254
Alíquota efetiva	0,04%	0,05%

14. Gerenciamento de riscos: A Administração da Companhia adota política conservadora de gerenciamento de riscos. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos, principalmente, pelos saldos de aplicações em instrumentos financeiros. A Companhia avalia o risco de crédito de contraparte/emissores dos instrumentos financeiros. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

15. Outras informações

15.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	131.874	1.742.000	954.980	2.828.854
Recursos provenientes da destinação do resultado	152.027	-	381.402	533.429
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 10.3) ⁽ⁱ⁾	(131.874)	-	131.874	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos adicionais propostos	-	-	(131.874)	(131.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.027	1.742.000	1.336.382	3.230.409
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	319.966	319.966
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(152.027)	-	-	(152.027)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(101.351)	(101.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	1.742.000	1.554.997	3.296.997

⁽ⁱ⁾ As reversões dos dividendos propostos de exercícios anteriores não impactaram o caixa.

15.2. Passivos contingentes: A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Diretor-Presidente - Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro e Jurídico - Rafael Bandeira de Almeida

Diretor sem designação específica - Aydes Batista Marques Junior

Contadora - Valéria Dias Prates - CRC nº 1SP239180/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024

Deloitte DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

**Somos a maior
Fintail do Brasil.**

Saiba mais sobre o Banco Carrefour.



**GRUPO
CARREFOUR
BRASIL**

Carrefour
banco

